

CONTRATO Nº 038/CEGÁS/2022
PROCESSO SCDOC Nº 8447/2022

CONTRATO DE PATROCÍNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, E A EMPRESA ALM VERCOSA - nome de fantasia AVER PRODUÇÕES E EVENTOS - ME, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, situada em Fortaleza - Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, Cep.: 60.830-005, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Leandro Petsold dos Santos Araújo**, e o Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, devidamente nomeados pelo Conselho de Administração desta Companhia, obedecendo assim os critérios estabelecidos no Estatuto Social da CEGÁS, e a empresa **ALM VERCOSA - nome de fantasia AVER PRODUÇÕES E EVENTOS - ME**, com sede na rua Professor Silas Ribeiro nº 173, bairro Papicu, Fortaleza/CE, CEP 60.175-135, inscrita no CNPJ sob nº 07.525.113/0001-50, neste ato, representada pelo sócio administrador **André Luiz Marinho Verçosa**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza/CE, doravante designado simplesmente **CONTRATADO** ora **PATROCINADO**, **RESOLVEM** celebrar este contrato, em conformidade com as disposições contidas no processo administrativo, mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento o Art. 27, § 3º da Lei 13.303/2016, independente de transcrição, e na Proposta Administrativa de Patrocínio, que constitui parte integrante e complementar deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui o objeto deste contrato o Patrocínio para a realização do Evento "AQUI É VERDE(HERE IS GREEN)", conforme especificações constantes no processo administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O patrocínio é firmado no valor, fixo e irrevogável, de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), destinado exclusivamente aos fins previstos na cláusula segunda deste instrumento, e será repassado mediante crédito em conta corrente formalmente indicada pelo(a) **PATROCINADO(A)**.

3.2. O desembolso do valor ajustado na presente cláusula será originado de recursos própria da CEGÁS.

3.3. A liberação dos recursos dar-se-á mediante o atendimento das seguintes exigências:

- a) Apresentação da certidão negativa de débitos relativos a tributos federais, estaduais, municipais, trabalhistas, certidão de regularidade junto ao FGTS do(a) PATROCINADO(A), bem como com a situação regular junto ao SERASA;
- b) Assinatura do presente contrato por ambas as partes;
- c) Publicação do contrato no Diário Oficial do Estado (DOE).

3.4. O(A) PATROCINADO(A) deverá reverter integralmente o valor para o cumprimento do objeto do presente Contrato de Patrocínio.

CLÁUSULA QUARTA – DO PERÍODO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência contratual é de 30 (trinta) meses contado a partir da data da celebração deste instrumento contratual.

4.2. O prazo de execução do presente termo é de **24 (vinte e quatro) meses** contado a partir de novembro de 2022.

4.3. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 e 72 da Lei Federal nº 13.303/2016 e do art. 167 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O PATROCINADOR realizará o pagamento através de depósito bancário do valor do patrocínio, no **SICREDI, Agência: 2301, Conta corrente 4213-7**, em favor do PATROCINADO, após a assinatura do presente Contrato de Patrocínio.

5.2. O PATROCINADOR realizará o pagamento da seguinte forma: **50% após publicação do contrato**, de acordo com a Cláusula 3.3, e **50% após a prestação de contas** por parte do PATROCINADO, com a devida apresentação de relatório com todo o material promocional e de divulgação do evento para ciência da CEGÁS.

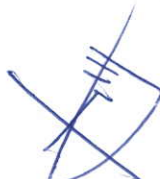
5.3. Só poderão ser beneficiados com o patrocínio pela CEGÁS os proponentes que estiverem regulares conforme a Cláusula 3.3. Exigências necessárias, também, para a liberação de parcelas, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. O PATROCINADOR obriga-se a:

6.1.1. Efetuar o depósito referente ao patrocínio do objeto contratual, nos termos da Cláusula Quinta deste termo;

6.1.2. Fiscalizar o cumprimento do objeto deste contrato, exigindo que o mesmo seja prestado dentro de elevado padrão de qualidade; e



6.1.3. Não ceder ou transferir os direitos oriundos deste contrato a terceiros, sem a autorização expressa e por escrito do PATROCINADO.

6.2. O **PATROCINADO(A)** obriga-se a:

6.2.1. Não ceder ou transferir os direitos oriundos deste contrato a terceiros, sem a autorização expressa e por escrito do PATROCINADOR.

6.2.2. Em contrapartida, o (a) **PATROCINADO(A)** se compromete a garantir ao **PATROCINADOR**, durante o período de realização do evento, o seguinte:

Contrapartidas do Projeto AQUI É VERDE (HERE IS GREEN)

- a) Certificado ambiental do Governo do Estado;
- b) Pontuação válida para obtenção de selo verde do Estado;
- c) Selo verde Here is Green;
- d) Logomarca nas embalagens a serem distribuídas;
- e) Logomarca nas plataformas digitais de Here is Green;
- f) Relatório de impacto de ação compensada;
- g) Controle de plantio por participação da comunidade;
- h) Registro do plantio com georreferenciamento por meio do App Here is Green.

6.2.3. Caso a CEGÁS decida não utilizar algumas das contrapartidas dispostas na cláusula 6.2.2. esta deverá comunicar ao(à) PATROCINADO(A), isentando este da respectiva prestação de contas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. A prestação de contas das contrapartidas acordadas ocorrerá por meio do envio para a CEGÁS de um relatório, com todo o material promocional e de divulgação do evento, no prazo de até 40 dias após a realização do evento. Conforme o caso, o patrocinado deve: enviar exemplar das peças gráficas produzidas; arquivo eletrônico (DVD, CD, PENDRIVE, preferencialmente em nuvem), se for vídeo; Trecho de registro audiovisual do evento; Prints de: sites, jornais, redes sociais ou releases na imprensa demonstrando citações ao nome da CEGÁS; fotografias que contenham as contrapartidas de imagem (logomarca) em objetos físicos, gráficos, peças e quaisquer outros espaços utilizados pela CEGÁS ou que tenha sua logomarca inserida.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A CEGÁS exercerá a Fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual, através do Gerente de Comunicação e Marketing, **Paulo Sérgio Souto Mota**, como Gestor do Contrato e a Analista de Processos Organizacionais, **Eloá Vieira de Macedo**, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para esse fim e visando o seu exclusivo interesse, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade do PATROCINADO(A), inclusive perante terceiros.

8.2. O(A) PATROCINADO(A) é responsável pela condução do projeto objeto deste patrocínio e o orientador ou executor das ações que objetivam a completa execução do objeto ora patrocinado;

8.3. O(A) PATROCINADO(A) reconhece o direito de o PATROCINADOR fiscalizar a qualquer tempo, através dos representantes acima citados, a execução do projeto ora patrocinado, estando autorizados, desde a assinatura do presente instrumento, a fiscalização do local e o acesso a documentos necessários ao cumprimento desta finalidade;

8.3.1 Compete ao representante do(a) PATROCINADO(A) manter perfeito e permanente intercâmbio de informações com o PATROCINADOR sobre a execução das atividades atinentes a este Contrato de Patrocínio;

8.3.2. Decorrente da fiscalização exercida pelo(s) representante(s) do PATROCINADOR, este poderá, quando julgar conveniente, reorientar ações e acatar, ou não, as justificativas relacionadas a qualquer alteração porventura dada ao projeto;

8.3.3. A faculdade referida no subitem anterior não afasta e nem isenta o(a) PATROCINADO(A) da responsabilidade de atuar para o cumprimento do projeto, possuindo autonomia para a prática de atos lícitos na busca do resultado final da obrigação que ajusta neste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO PATROCINADO

9.1. O(A) PATROCINADO(A) assume, exclusivamente, os riscos e as despesas decorrentes do evento/projeto ora patrocinado;

9.2. O PATROCINADOR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo(a) PATROCINADO(A) com terceiros, nem lhe serão atribuídos quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, cujas responsabilidades caberão exclusivamente ao PATROCINADO.

9.3. O(A) PATROCINADO(A) deverá devolver à CEGÁS, imediatamente após sua ciência do fato, a quantia referente a parcela recebida a título de patrocínio, caso o evento aqui previsto, por qualquer motivo deixe de ocorrer.

9.4. O(A) PATROCINADO(A) deverá comunicar a CEGÁS, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o adiamento ou não realização do evento, cabendo a esta a aceitação ou não dos argumentos apresentados, e caso não sejam aceitos, o patrocinado deverá devolver a quantia referente a parcela recebida, devidamente corrigida pelo IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades:

I – Advertência: Repreensão por escrito imposta a contratada por falta leve na execução do contrato;

II – Multas, estipuladas na forma do subitem 10.4 deste termo;

III – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a CEGÁS pelo prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

10.2. As sanções previstas nos incisos I e III deste Contrato poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

10.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.

10.4. A multa aplicável será aplicada da seguinte forma:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso do reembolso da parcela recebida até o 30º (trigésimo) dia, sobre este valor;
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso do reembolso da parcela recebida superior a 30 (trinta) dias, sobre este valor. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela recebida, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência;

10.5. A(s) multa(s) a que porventura o(a) PATROCINADO(A) der causa será(ão) cobrada(s) através de documentos de cobrança, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

10.5.1. O(A) PATROCINADO(A) recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do PATROCINADOR. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

10.6. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução do objeto, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada a multa.

10.8. Ocorrendo o atraso injustificado para a realização do evento, o(a) PATROCINADO(A) deverá devolver a quantia referente a parcela recebida, devidamente corrigida pelo IPCA, além da aplicação da sanção administrativa cabível.

10.9. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial deste contrato pelo PATROCINADO(A) ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste Contrato e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

11.2. Considera-se em mora o PATROCINADO(A), pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

11.3. Constituem motivo para a rescisão do contrato:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – Não realização ou adiamento do evento patrocinado, sem justificativa prévia, por quaisquer atos ou fatos, sejam eles decorrentes de ação ou omissão do(a) PATROCINADO(A) ou qualquer terceiro envolvido ou não com a relação contratual ora firmada;

IV – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

V – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

VI – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal do(a) PATROCINADO(A);

VIII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;

IX – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o PATROCINADOR e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

X – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

11.4. A rescisão deste contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX e XI do item anterior;

II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;

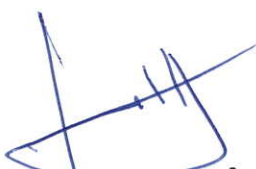
III – Judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO


12.1. As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Fortaleza/CE, 21 de junho de 2022



HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR
Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAÚJO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS



ANDRÉ LUIZ MARINHO VERÇOSA
Sócio Administrador
ALM VERCOSA – ME – nome de fantasia AVER PRODUÇÕES E EVENTOS

TESTEMUNHAS:

Sandra de Sousa Vieira

Darllan Rodrigo Guimarães